



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

**A GEOGRAFIA DO CRIME: CRIMES VIOLENTOS LETAIS
INTENCIONAIS (CVLI) EM JOÃO PESSOA-PB, ENTRE 2015 - 2018**

Paulo Moreira da Silva

Aluno do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba

Richarde Marques da Silva

Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba

Resumo

No Brasil, a ocorrência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), com o resultado final óbito, vem aumentando drasticamente nas últimas décadas, figurando-se como um país em “estado epidêmico criminal”, assim como em outras grandes cidades do país. Com relação a cidade de João Pessoa-PB, devido as ações de implementações pelo poder público na área da segurança pública do estado tais como: (Projeto Paraíba Unida pela Paz (PPUP), Programa de Erradicação das Drogas (PROERD), Material Bélico (armamento e munições), materiais tecnológicos e humano). Esse cenário difere das demais capitais do país que vêm sofrendo com o aumento significativo nos casos de CVLI recentemente. Os casos criminais ora praticados nas suas diversas modalidades tais como: (homicídios, estupros, latrocínio, lesão corporal seguida de morte dentre outros), configuram-se como um dos fenômenos sociais que mais preocupam e causam temor populacional. Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é analisar a dinâmica e as características dos CVLI na cidade de João Pessoa-PB, a partir do levantamento de dados oficiais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social da Paraíba (SEDS-PB) entre 2015 e 2018. A pesquisa teve caráter descritivo e exploratório, sendo desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, sistematização e coleta de dados secundários. Para isso, foram utilizadas técnicas da estatística descritiva associada a técnicas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). De acordo com a pesquisa foram analisados por amostra um total de 17 dos 64 bairros dentre eles Mangabeira figura com 126 casos, Gramame 61, Cristo Redentor 71, Mandacaru 67, Oitizeiro 64, Valentina de Figueiredo 60, Varadouro 54, Varjão 49, Cruz das Armas 48, Bairro das Indústrias 48, Centro 40, Costa do Sol 37, Grotão 36, Roger 35, Funcionários II e III, 32, Alto Céu, 29 e Alto do Mateus com 27. Os resultados obtidos evidenciam que, a violência registrada em João Pessoa-PB, em especial na dimensão dos bairros, distribui-se de forma distinta no espaço urbano e tem provocando, sobretudo, medo e insegurança na população. Baseado nas informações oriundas dos setores governamentais do Estado (SEDS/NACE), os autores e vítimas deste problema social são predominantemente jovens e adolescentes, devido a conflitos advindos do não pagamento de dívidas relativas ao consumo e tráfico de entorpecentes.

Palavras-chave: Violência; homicídio; insegurança social; análise espacial.

THE GEOGRAPHY OF CRIME: INTENTIONAL LATE VIOLENT CRIMES (CVLI) IN JOÃO PESSOA-PB, BETWEEN 2015 AND 2018

Abstract

In Brazil, the occurrence of intentional lethal violent crime (CVLI), with the end result of death, has been drastically increasing in recent decades, becoming a country in a " epidemic criminal state ", as in other major cities of the country. . Regarding the city of João Pessoa-PB, due to the actions taken by the public authorities in the area of public security of the state such as: (Paraíba United for Peace Project (PPUP), Drug Eradication Program (PROERD), War Material (weapons and ammunition), technological and human materials). This scenario differs from other capital cities in the country that have been suffering from the significant increase in CVLI cases recently. Criminal cases now practiced in their various modalities such as: (homicides, rapes, murder, bodily injury followed by death among others), are one of the social phenomena that most worry and cause population fear. In this sense, the main objective of this article is to analyze the dynamics and characteristics of the CVLI in the city of João Pessoa-PB, from the official data collection of the State Secretariat of Public Security and Social Defense of Paraíba (SEDS-PB) between 2015 and 2018. The research had a descriptive and exploratory character, being developed from bibliographic survey, systematization and collection of secondary data. For this, we used descriptive statistics techniques associated with Geographic Information Systems (GIS) techniques. According to the research, a total of 17 out of 64 neighborhoods were analyzed, including Mangabeira figure with 126 cases, Gramame 61, Cristo Redentor 71, Mandacaru 67, Oitizeiro 64, Valentina de Figueiredo 60, Varadouro 54, Varjão 49, Cruz das Armas 48, Bairro das Industrias 48, Centro 40, Costa do Sol 37, Grotão 36, Roger 35, Officials II and III, 32, Alto Céu, 29 and Alto do Mateus with 27. The results show that, the violence registered in João Pessoa-PB, especially in the size of the neighborhoods, is distributed differently in urban space and has caused, above all, fear and insecurity in the population. Based on information from the state governmental sectors (SEDS / NACE), the perpetrators and victims of this social problem are predominantly young and adolescents, due to conflicts arising from the nonpayment of debts related to drug use and drug trafficking.

Keywords: Violence; murder; social insecurity; spatial analysis.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a prática de atos violentos criminais intencionais culminando com o óbito da vítima praticado no cotidiano da sociedade brasileira, dando ênfase aos crimes cometidos nos logradouros da cidade de João Pessoa-PB, entre os anos correntes de 2015 a 2018, que figuram como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), nomenclatura criada no ano de 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com o objetivo de agregar todos os atos delituosos praticados com o emprego da violência vitimando o indivíduo sem proporciona-lhe qualquer meio de resistência para salvaguardar sua própria vida. Os crimes que agregam a nomenclatura citada acima são

descrito como os crimes de homicídio doloso art.121 (matar alguém), Latrocínio (roubo seguido de morte art.127), e a Lesão Corporal Seguida de Morte art.159, todos descritos no código penal brasileiro, e, que também são denominados de crimes hediondos, tipificados na lei 8.072/90, conhecida como a Lei dos Crimes Hediondos, modalidade criminosa praticada contra o ser humano que significa algo horrível, repugnante, repulsivo causador de sensação de impunidade, pavor social, repudio, indignação e descrença nos órgãos responsáveis pela segurança pública tanto do país quanto do estado.

A violência e a criminalidade são fatores sociais distintos, que ocorrem no cotidiano da vida da população, haja vista que, a primeira pode ser praticada pelo ser humano contra seu semelhante, todavia referida atitude poderá ou não estar amparada por lei constitucional, contudo com relação a criminalidade os atos redefinidos contra a pessoa, são reprováveis e passíveis de sanções penais descritas no código de processo penal brasileiro. Atos de violência constituem-se fatores sociais inerentes a sociedade, todavia de alguma forma ou de outra independente da espacialização geográfica, convivência social e habitacional do ser humano, todos estão propensos a fazerem parte das estatísticas criminais e atos violentos decorrentes de suas ações.

Com relação aos crimes cometidos na cidade de João Pessoa-PB, a contar de 2011 a 2018, segundo o Anuário da Segurança Pública na Paraíba/2019, o ano de 2011, figura com 1.680 e 2018 com 1.210 casos de mortes violentas. Percebe-se que, o quantitativo dos casos de crimes violentos declinou anualmente. Do mesmo modo ocorre com a aferição das ocorrências criminais que houveram dentre os 17 dos 64 bairros da capital paraibana conforme dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) observou-se uma oscilação nos números de casos que mortes que houveram entre os logradouros da capital paraibana.

Os estudos sobre a ocorrência de crimes e a violência no Brasil vêm ganhando cada dia mais notoriedade desde a década de 1970 e, desde então, melhoraram os debates sobre os significados e sentidos que os conceitos de crimes e violência têm assumido na nossa sociedade. Ao longo dos últimos 40 anos, ambos os conceitos passaram a comportar múltiplas interpretações e, por conseguinte, impuseram um desafio complementar àqueles que produzem dados sociais e, em especial aqueles que lidam com a criminalidade (PEIXOTO et al., 2004).

É neste contexto que o debate sobre dados e análises espaço-temporais da criminalidade, principalmente nas suas modalidades violentas, ganha corpo e dá sentido aos

objetivos deste artigo, na medida em que crime e violência manifestam-se como fenômenos altamente correlacionados, porém com sentido distintos com as dimensões espaço e tempo.

Mais recentemente, a constante prática de atos violentos em todo o Brasil, principalmente nas grandes e médias cidades brasileiras sejam estes praticados de forma letal ou não, além de configurar-se como um problema social gravíssimo também colabora como o aumento da taxa de ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), no qual em virtude de tal aumento, torna-se fundamental que as autoridades competentes e demais seguimentos da sociedade adotem medidas necessárias o sentido de conter ou saturar a pratica de tais delitos (homicídio, latrocínio, estupro seguido de morte e etc.) está pratica vem causando temor na sociedade, independente da classe social, etnia ou área geográfica a qual pertença, portanto devido os altos índices de casos criminais que na maioria das vezes se faz com uso de meios violentos culminando com o óbito, se faz necessário que se haja um empenho maior de toda a sociedade no intuito de que se tenha uma diminuição ou estagnação das ocorrências criminais.

Na atual conjuntura do país, o que se verifica é uma constante e atual falta de empenho e responsabilidade das autoridades constituídas na área de segurança pública e demais seguimentos da sociedade em empreender e instituir formas ou programas de implementação de políticas pública de prevenção ao crime e à violência. As dificuldades na consolidação de práticas de gestão e atuação estratégicas na área da segurança pública podem ser expressas nos seguintes argumentos, de acordo com Silveira et al. (2007, p. 145-146):

Precariedade dos sistemas de informação em segurança pública, com dados de quantidade questionável (falta de informações importantes como armas utilizadas, características de agressores e vítimas, circunstâncias dos eventos etc.), o que dificulta o planejamento e a orientação de programas específicos;

Falta de diagnósticos mais sistemáticos e detalhados do ponto de vista sociodemográfico, econômico, cultural, institucional e do perfil de organização da criminalidade das áreas que concentram maior número de eventos;

Inexperiência em programas de prevenção em segurança pública;

Escassez de profissionais especialistas em crime e de outros técnicos com expertise para realização de diagnósticos, monitoramento e avaliação de programas dessa natureza;

Concentração de determinados eventos criminosos, como os homicídios em áreas de grande vulnerabilidade social, cujas populações têm apresentado pouca capacidade de mobilização e organização para demandar soluções no plano das políticas públicas para o problema;

Resistências à integração transversal entre as diversas agências de justiça criminal e ao planejamento e implementação articulada das ações de prevenção, as quais envolvem agências públicas e privadas de setores diferentes;

Grande pressão por destinação de recursos para políticas tradicionais de natureza meramente repressiva; Falta de políticas de financiamento adequadas.

A prática infracional contra o ser humano onde o seu resultado final morte se estabelece como um atentado mais grave contra a vida humana, no entanto esta pratica tem sido utilizada universalmente como parâmetro para delimitar o quanto uma sociedade está submetida à violência. Além disso, são crimes com baixa subnotificação (notificação não formalizada, gerando índice abaixo da realidade em comparação com outros delitos não-letais) em face de dificuldade de desaparecimento do corpo da vítima, que serve como prova material da ocorrência do crime. Ou seja são os tipos de crimes (furto, lesão corporal simples, tentativas de homicídios dentre outros.) que mesmo tomando conhecimento do fato a autoridade competente não toma as medidas cabíveis tais como: Formalizar a ocorrência criminal na delegacia, Registrar o fato em boletins de ocorrência policial, Informar aos órgãos competentes sobre as medidas que foram tomadas na resolução do problema e etc.).

Assim, em detrimento deste problema social, foram instituídos mecanismos que possibilitasse medir ou servir de indicadores referentes a dinâmica da criminalidade do Estado. Nos quais denominam-se de: (a) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), (b) Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP). Os indicadores CVLI e CVP buscam refletir a ocorrência dos crimes de grande potencial ofensivo na sociedade, cuja classificação foi denominada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão gerenciador interligado ao Ministério da Justiça federal, a criação dos mecanismos referenciados, possibilitou a indicação das áreas que devem ser consideradas prioritárias no direcionamento dos recursos e projetos do governo.

No campo da segurança pública, mais precisamente no que diz respeito ao controle da criminalidade e da violência, função que se entende ser uma das premissas do Estado-nação, uma gestão que pretende ser moderna não deve abrir mão da análise criminal como instrumento otimizador de suas ações (FARINA, 2006).

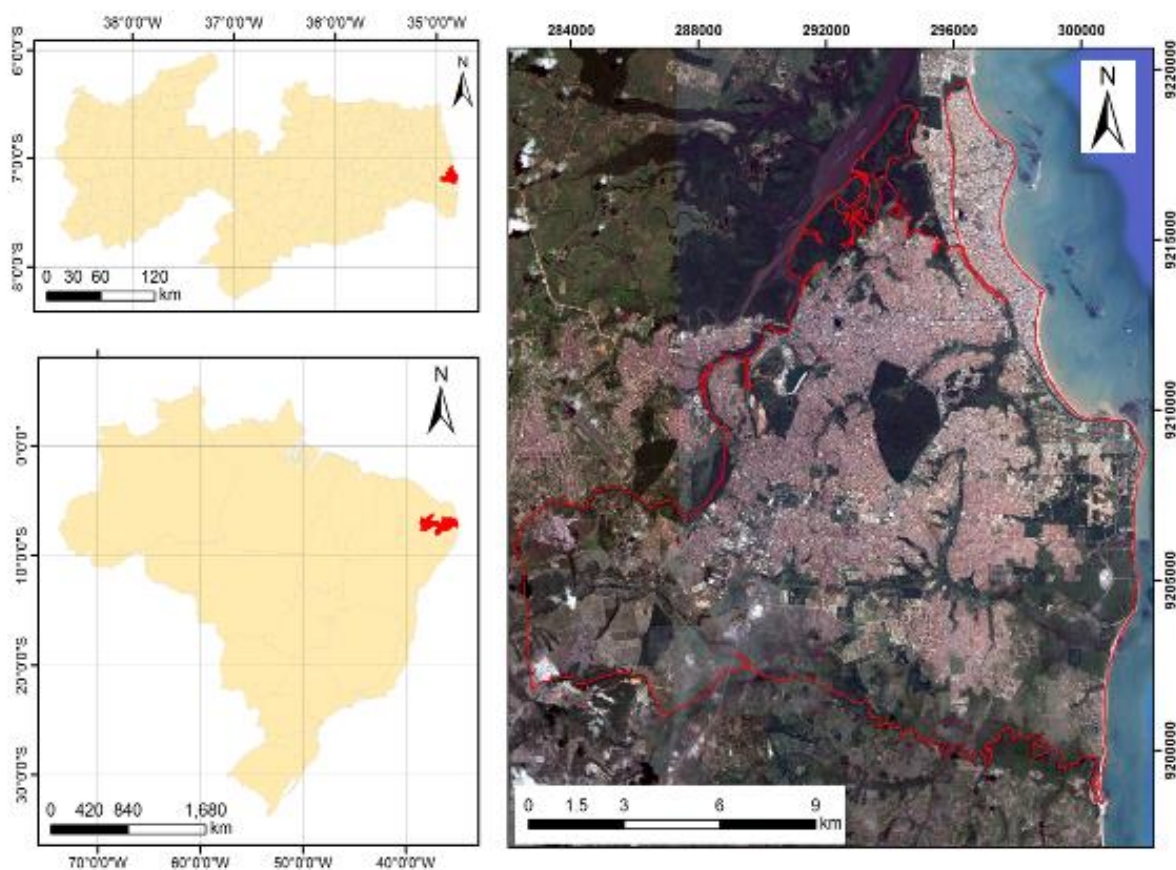
Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral aferir os procedimentos de gestão inerente ao cadastro, controle, levantamento e tipos de implementações de políticas pública que estão sendo adotadas pelo poder público para sanar, diminuir ou conter os índices alarmantes de crimes violentos no dos CVLI na cidade de João Pessoa-PB, a partir da análise espacial dos dados oficiais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Estado da Paraíba (SEDS), através do Núcleo de Análises Criminal e Estatísticas (NACE),

órgão gerenciador e controlador das ocorrências criminais que aconteceram no Estado da Paraíba entre os de 2015 a 2018.

1.1 Caracterização da Área de Estudo

A área de estudo utilizada neste estudo é João Pessoa, capital do estado da Paraíba, que está localizado no extremo leste do país, mais precisamente entre coordenadas geográficas $7^{\circ} 03' 00''$ e $7^{\circ} 15' 00''$ de latitude sul e entre $34^{\circ} 58' 00''$ e $34^{\circ} 47' 30''$ de longitude oeste Segundo o Censo Demográfico 2010, a população total é de aproximadamente 723.515 habitantes e densidade demográfica 3.421,28 hab./km² (IBGE, 2010), sendo estimada para o ano de 2018 uma população de cerca de 800.323 pessoas (IBGE, 2018).

Figura 1. Localização geográfica da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba e no Brasil.



O clima da cidade, de acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, está inserido no bioclima 3dth - Regime mediterrâneo ou Nordeste sub-seco, na faixa climática tipo As', descrita como clima quente e úmido (Tropical chuvoso – classe A). A precipitação máxima ocorre entre os meses de maio a julho, com precipitação média de 1.896 mm/ano. As temperaturas diárias variam de

21 a 30°C, respectivamente, e a umidade relativa varia entre 73 e 82%. Com relação à situação dos ventos, a cidade recebe a influência dos ventos úmidos de sudeste (alísios), por estar situada no extremo oriental do Brasil, e tem a sua frequência alterada através dos ventos de leste e de nordeste e da zona de convergência intertropical (SANTOS, 2011).

Semelhante a diversas cidades do Brasil, João Pessoa encara diversos conflitos advindos de um processo de expansão urbano rápido e desordenados. Esse município tem atualmente 64 bairros oficialmente criados, sendo em sua maioria constituídos por aglomerados subnormais. A porção oeste de João Pessoa é a área de ocupação mais antiga e concentra atualmente o setor comercial, patrimônios históricos e uma pequena parte da população (DONEGAN et al., 2019). A zona leste da cidade possui acolhe a maioria dos pontos turísticos naturais, algumas atividades econômicas de serviços, culturais e serviços públicos do município. A zona sul concentra grande parte da população vivendo em áreas mais carentes (SILVEIRA et al., 2007).

2. A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O TERRITÓRIO DOS CRIMES VIOLENTOS

Criminalidade, Crime e Violencia, nomenclaturas que, para o censo comum possa transmitir significados iguais, no entanto pode até parecer que para algumas pessoas tenha o mesmo significado, no entanto na sua essência são palavras com significados distintos, de modo que ambas possuem uma pluralidade de conceitos por tanto pode se dizer que a criminalidade consiste como sendo um conjunto de crimes cometidos em determinado espaço, o crime conceitua-se como um ato violento praticado por uma pessoa contra seu semelhante, que é proibido por lei e que seu autor sofrerá as penas cabíveis de acordo com a sua magnitude. Já a violência significa a pratica do uso agressivo de forma intencional para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em morte, acidente ou trauma psicológico haja vista que, esta ação ou ato praticado, a depender da forma que foi efetuada pode ou não estar amparada pelos limites estabelecidos pela lei penal brasileira, pode citar-se como exemplo as competições esportivas (lutas de boxes, vale tudo, caráter e etc.), contudo ao serem efetuadas sem estarem amparadas em leis seus praticantes responderam por seus atos praticados.

A Geografia tem como objetivo estudar e entender diferentes relações e articulações eminentes na produção do território, considerando a amplitude temática pertinente a essa ciência. No intuito de contemplar as diferentes formas de investigação diante dos objetos de pesquisa, a Geografia lança mão de algumas categorias analítica que servem como base conceitual nas abordagens das diversas dimensões da realidade espacial.

Pode se dizer que na atualidade torna-se perceptível que, devido a ineficiência e a ausência de políticas públicas por parte dos órgãos competentes no incentivo ao combate a

violência e a criminalidade no país, culminam numa crescente onda de violência e o aumentativo dos casos criminais ocasionando a vitimização de pessoas inocentes na sociedade. Sendo assim, em decorrência dos níveis alarmantes concernentes ao ceifamento de pessoas inocentes disseminando situações de pânico e indignação este cenário se estabeleceu como um atentado mais grave contra a vida humana, no qual tal ato criminoso tem sido utilizado universalmente como parâmetro para delimitar o quanto uma sociedade está submetida à violência.

Além disso, são crimes com baixa subnotificação (crimes não registrados na delegacia pelas vítimas, como: roubo de celular, carteiras, relógios, joias, notebooks e etc.) que são considerados como crimes de menor potencial ofensivo, em comparação com outros delitos letais intencionais, em face do alto grau de violência que ora são cometidos. Contudo, devido a esta problemática social foram instituídos pelo órgão gerenciador ligado ao Ministério da Justiça brasileira (SENASP) mecanismos que possibilitassem a aferição ou servir de indicadores no tocante a dinâmica da criminalidade do Estado nos quais denominam-se de: (a) Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, (b) Crimes Violentos Contra o Patrimônio – CVP. Os indicadores CVLI e CVP buscam refletir a ocorrência dos crimes de grande potencial ofensivo na sociedade, possibilitando, porém, a indicação das áreas que devem ser consideradas prioritárias no direcionamento dos recursos e projetos do governo. No entanto com o propósito de se reduzir o índice do aumento gradativo de crimes na capital paraibana criou-se no ano de 2011, o Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUP), que tem como objetivo integrar a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros militar, afim de se reduzir os índices de criminalidades no território paraibano.

O programa visa a participação da sociedade e a articulação com o Ministério Público e o Judiciário, entre outros órgãos tratando a Segurança Pública como política de estado. As ações são de prevenção, ostensivas e de repressão qualificada, incluindo trabalhos de Inteligência, com foco na redução (CVLI) – homicídios dolosos ou qualquer outro crime doloso que resulte em morte e (CVP), no qual este último com base nas informações e cadastros da base de dados da SEDS/NACE, vem aumentando gradativamente, não só em nosso país bem como em todas as regiões brasileiras, contudo objetivando alcançar uma possível desaceleração do quantitativo dos casos criminais tanto no país como nos estados é de fundamental importância que se invista não só no material humano como também em meios tecnológicos, obtendo-se com mais precisão e rapidez as informações inerentes aos crimes

praticados, bem como seu local de vigência para que sejam tomadas as providências cabíveis relativas a contenção ou diminuição dos casos delituosos.

Como visto, é extremamente relevante que o Sistema de Defesa Social produza informações consistentes e de qualidade para subsidiar a estatística, a investigação e a análise criminal, de forma a possibilitar a compreensão do fenômeno criminal, e assim, poder planejar as ações de segurança pública com base em critérios científicos. Com todas as novidades que o progresso científico-tecnológico hoje proporciona, um de seus objetivos é o de habilitar profissionais na manipulação de *softwares* estatísticos e de geoprocessamento para a produção e análise de informações necessárias ao planejamento e à execução de políticas públicas de segurança eficazes (FARINA, 2006).

Assim, presume-se que é extremamente relevante que o Sistema de Defesa Social, os órgãos responsáveis pelo sistema de segurança pública do país e dos estados da federação, dentro de suas competências padronizem ações estratégicas e eficientes objetivando melhores resultados no desenvolvimento de suas tarefas visando proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Hoje, o medo da sociedade não é ilusório nem fruto de manipulação midiática. O quadro nacional de insegurança é extraordinariamente grave, por diferentes razões, entre as quais devem ser sublinhadas as seguintes: (a) a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida; (b) a exclusão de setores significativos da sociedade brasileira, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. (c) a degradação institucional a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade: o crime se organiza, isto é, penetra cada vez mais nas instituições públicas, corrompendo-as, e as práticas policiais continuam marcadas pelos estigmas de classe, cor e sexo. (SOARES, 2003).

Segundo Pinheiro (1997), o pensamento que as elites têm de que os pobres oferecem perigo é sustentado pelo sistema judiciário que condena e pune os crimes exercidos pelos indivíduos mais pobres de nossa sociedade enquanto os membros das elites passam impunes quando cometem um crime. De acordo com o mesmo autor, práticas criminosas como: corrupção, escândalos financeiros, evasão fiscal e exploração do trabalho infantil e escravo não são percebidas como ameaças ao *status quo*. Permitindo a tolerância de atos ilegais das classes dominantes e negando os direitos básicos das classes desprivilegiadas. Diante dessa situação, somente as classes privilegiadas de nossa sociedade (média e alta) desfrutam do controle que a democracia desempenha sobre a ocorrência de práticas violentas nas interações sociais cotidianas. Enquanto para os pobres e carentes “o poder intocável continua a ser a face mais visível do Estado” (PINHEIRO, 1997, p. 47).

Entretanto, segundo Adorno (2002), os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os sequestros e os estupro são os que apresentam maiores números de ocorrência. Juntamente com esse aumento nos índices de criminalidade, podem-se observar alterações

substantivas nos padrões de criminalidade individual, assim como na descrição das pessoas envolvidas com a criminalidade. De acordo com Soares (2007), não são fáceis as explicações para a questão da violência e do crime, sendo necessário não se fazer generalizações a seu respeito. Para esse autor não existe o crime, no singular. Há vários tipos de práticas criminosas, ligadas a dinâmicas sociais diversas.

Como argumenta Cano (2007), no Brasil, a violência se destaca como uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre a população jovem, é como um fator que amplia o desequilíbrio demográfico contra os homens, principais vítimas. Por outro lado, apresenta-se como um severo problema econômico, tanto para as famílias que perdem o principal provedor de renda quanto para a sociedade como um todo, em função da perda de capital humano e dos gastos que vão do tratamento médico até o investimento em prevenção e repressão. A violência impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o círculo vicioso (CANO, 2007).

O fenômeno da criminalidade tem sido objeto de apreciação de diversos estudiosos, seja na área da antropologia, sociologia entre outras ciências. A geografia busca compreender a relação entre os homens e suas interferências na formação e transformação do espaço, e neste contexto, a violência urbana e a criminalidade são objetos de discussão por estar relacionado ao homem e ao espaço criado ou transformado por ele (DANNA, 2011, p. 27).

Waiselfisz (2011), ‘‘a segurança pública está entre as maiores preocupações da sociedade brasileira nos dias atuais. Disputa com a saúde e a educação a prioridade na atenção de autoridades e imprensa’’. Não se pode pensar numa sociedade evoluída onde exista carência de um desses três elementos, sendo poucos os países que conseguiram o equilíbrio e resultados coerentes com essa visão de vida social.

Segundo Frade (2007) há críticas para cada uma das teorias e em nenhuma das duas se encontra uma resposta definitiva, porém atualmente a análise sobre o crime e a criminalidade tende a ser cada vez mais vista sob um olhar sociológico, superando a visão individualista. Pino (2007) declara que a violência é um tema complexo e exige uma análise aprofundada que contemple os fatores sociais, econômicos e políticos.

A violência que está presente no Brasil não veio do nada, e embora a sua causa seja vista sob um enfoque emocional ou moralista por muitos, a causa do aumento da violência e da criminalidade está ligada a história social e econômica, embora ainda sejam ignoradas. Segundo Adorno (2002), a desigualdade social e a concentração de riquezas, eventos que continuaram presentes no Brasil no decorrer dos anos 90, apesar do crescimento da riqueza e das grandes mudanças

ocorridas no cenário econômico, aconteceram simultaneamente à crise fiscal, que outorgou quase exclusivamente ao Estado a diminuição da violência por meio do incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, da ampliação do mercado de trabalho e da garantia de um mínimo de qualidade de vida para toda a população.

Todavia, em detrimento das altas taxas de ocorrências de crimes que ocorreram no país e por não haver uma padronização quanto ao controle e aferição das mortes violentas ocorridas a nível nacional, estadual ou municipal, foi instituído dois mecanismos denominados CVLI e CVP, como instrumentos de controle e registro das atividades recorrentes sobre a notificação de casos criminais no país.

2.1 Situação atual do crime no Brasil

Um dos maiores desafios lançados às organizações policiais está em potencializar sua capacidade de produzir, organizar, processar informações de forma sistemática, bem como de desenvolver uma metodologia de gestão que possa orientar, com base em evidências e análises, tanto o planejamento estratégico e operacional de suas atividades quanto a avaliação e o monitoramento de seus resultados. (SOUZA, 2008).

Aumentar a capacidade analítica das polícias com o objetivo de alcançar resultados mais eficientes requer mudanças profundas no modo tradicional de conceber o papel e a função da polícia nas sociedades modernas. A polícia precisa priorizar problemas substantivos, recorrentes, que causam prejuízos às comunidades, mais do que simplesmente reagir a chamadas urgentes e fazer cumprir a lei. Isso desafia o modelo tradicional de polícia como uma organização orientada para incidentes com a função primordial de controlar crimes. No modelo tradicional, espera-se que os policiais a cada turno respondam rapidamente às chamadas de emergência e estejam liberados para atender às próximas chamadas. Nesse ciclo vicioso, raramente os policiais compartilham informações com seus pares sobre os problemas enfrentados no seu dia-a-dia e as formas alternativas de solucioná-los. Isso tem dificultado a condução de uma análise mais precisa sobre problemas repetitivos, similares e muitas vezes comuns que ocorrem frequentemente em locais específicos. Como consequência, a habilidade do policial em resolver problemas tem resultado mais da sua experiência individual e do seu conhecimento prático do que de um processo criativo, fundamentado em um método analítico consistente. (SOUZA, 2008)

As agressões (ou homicídios) figuram a primeira causa externa de mortalidade no Brasil, quando considerada a faixa etária da população vitimada – 15 a 39 anos –, segundo informações do Ministério da Saúde. Considerando-se os números de 2009, a taxa de mortalidade por cem mil habitantes entre os homens excede em mais de dez vezes o de mulheres (50,8 e 4,4, respectivamente). Nesse sentido, o risco de morte por homicídio entre os homens é 11,5 vezes maior do que entre as

mulheres. A arma de fogo foi o meio mais utilizado para provocar as mortes, (Ministério da Saúde, 2011). Devido a ausência de aplicação de recursos: material, tecnológico e financeiro, na área da Educação, Saúde e Segurança Pública, culmina-se em piorar ainda mais a situação do país, no qual tudo conseqüentemente vai refletir numa insegurança social, qualidade de vida negativa e queda na economia em diversos setores da administração pública, privada e demais segmentos da sociedade.

No entanto, medidas como: o combate à fome, a desigualdade e exclusão social, desemprego, corrupção e a impunidade que se constituem fatores condicionantes do crescimento da criminalidade, devem ser combatidas cotidianamente para que se haja, porém, uma diminuição ou estagnação do aumento das taxas de crime no país.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para elaboração da pesquisa, foram efetuados os procedimentos de coleta e processamento dos dados e informações relativas aos CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais), que foram praticados nos bairros da cidade de João Pessoa-PB, entre 2015-2018. Para tanto foi fundamental e necessário a efetuação de pesquisas bibliográfica, no Anuário da Segurança Pública na Paraíba no ano 2019, Coleta dos dados de forma presencial junto ao órgão responsável pela segurança pública no estado (SEDS/NACE), além do uso de técnicas de análise dos dados criminais mediante o uso de Sistemas de Informações Geográficas considerando-se as dimensões espacial e temporal do fenômeno.

A primeira é contemplada na comparação do fenômeno ocorrido na região territorial dos casos de CVLI na cidade de João Pessoa, enquanto a temporal é considerada quando se analisa o fenômeno em vários períodos temporais e sua taxa de crescimento.

Para se calcular a detecção de casos de CVLI nos bairros estudados foi utilizada a técnica de prevalência, que é usada para analisar o número total de casos existentes em uma determinada população em um determinado momento temporal, ou seja, a proporção de casos existentes numa determinada população e num determinado momento temporal. A prevalência permite compreender o quanto é comum, ou rara, uma determinada ocorrência ou situação numa população. A prevalência é dada pela equação 1:

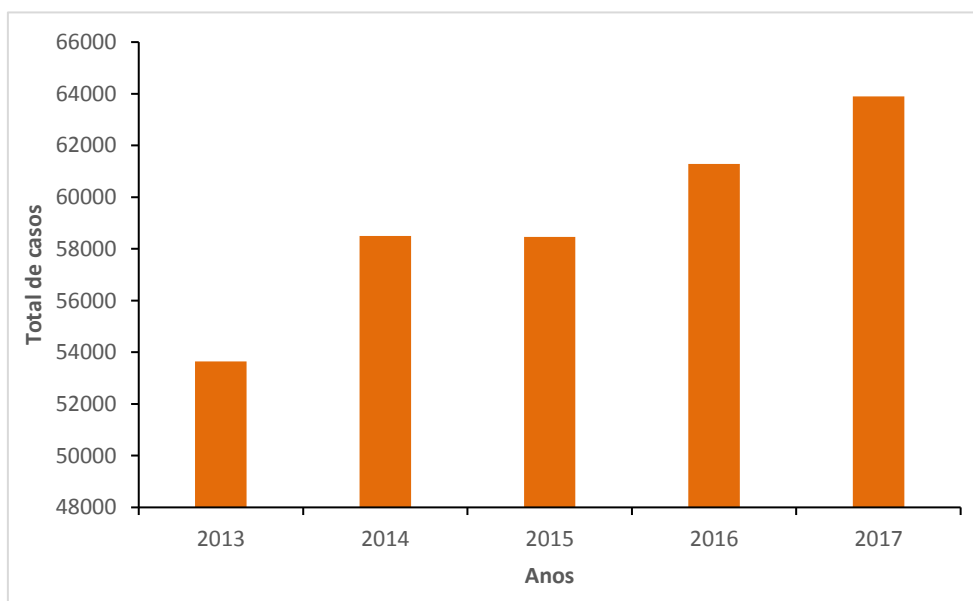
$$P = \frac{T_c}{P_t} \times 1000 \quad (1)$$

sendo P é a prevalência, T_c a quantidade total de casos registrados de CVLI e P_t a população total de cada bairro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 2 mostra a série histórica dos números de CVLI no Brasil, entre 2014 e 2018. Pode-se perceber que entre os anos analisados, o período de tempo que ocorreu o maior número de crimes no Brasil, foi no ano de 2017 (63.895 homicídios) e a menor ocorrência foi no ano de 2014 (53.646 homicídios violentos letais e intencionais), segundo consta no 8º e 12º Anuário Brasileiro da Segurança Pública. A Figura 2 demonstra ainda que dentre o período de tempo de cinco anos consecutivos o ano onde houve a menor incidência criminal foi o ano de 2013, com a incidência de 53.646 mortes violentas e o ano em que ocorreu o maior índice de delitos foi o ano de 2017 com 63.895 homicídios, porém verifica-se que dentre este período de tempo entre 2014 e 2015, praticamente houve uma estabilização da incidência criminal no país.

Figura 2. Número de casos de CVLI no Brasil, entre 2013 e 2017



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 apresenta o quantitativo de casos de Crimes violentos letais que ocorreram no Estado da Paraíba por um período de dez anos consecutivos a contar 2009 a 2018, percebe-se uma estabilização nos casos de CVLI entre 2010-2011, uma frequente queda nos anos seguintes. Isto se deve a implementação de políticas públicas efetivadas nas áreas ou pilares de sustentação do país (Saúde, Educação e Segurança). Analisando essa figura nota-se que o ano em que ocorreu a maior taxa de CVLI no Estado, foi no ano de 2011 com 1.680 mortes violentas e a menor taxa ocorreu no ano de 2018, com 1.210 casos.

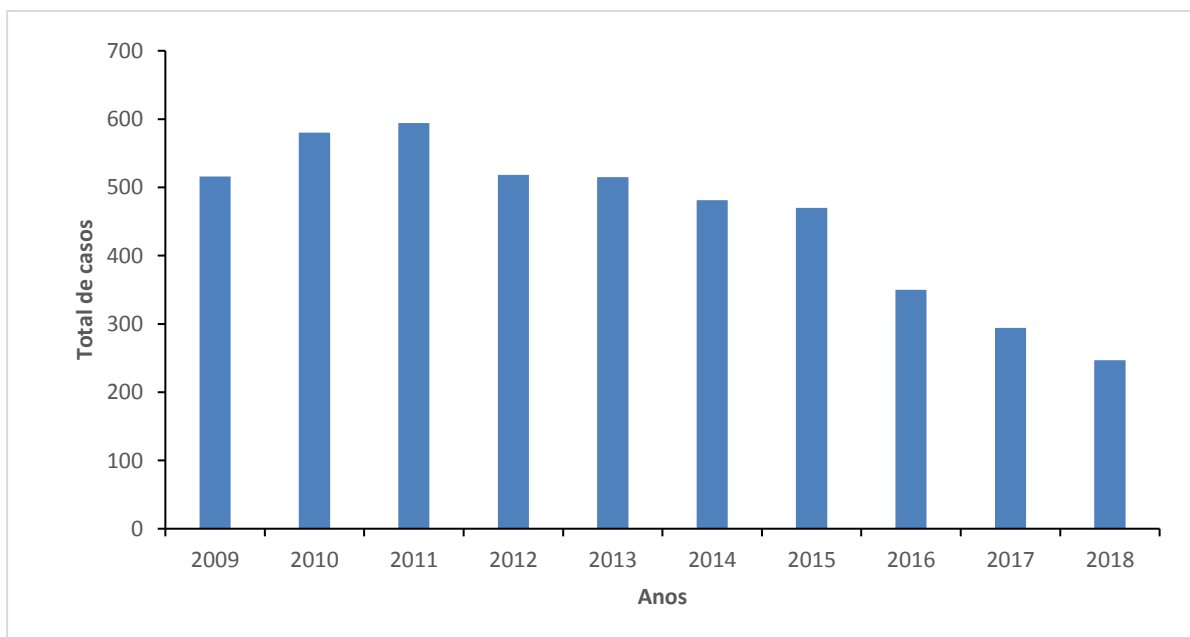
A Figura 4 mostra que entre o ano de 2009 figura um total de 516 mortes e o ano de 2011 com 594 casos percebe-se no entanto um aumento considerável no número de casos de mortes violenta no Estado, no entanto logo após o ano de 2001, o total de caos de mortes violentas declinaram anualmente contabilizando 247 casos no ano de 2018.

Figura 3. Número de casos de CVLI, no Estado da Paraíba, entre 2009–2018



Fonte: Elaboração própria.

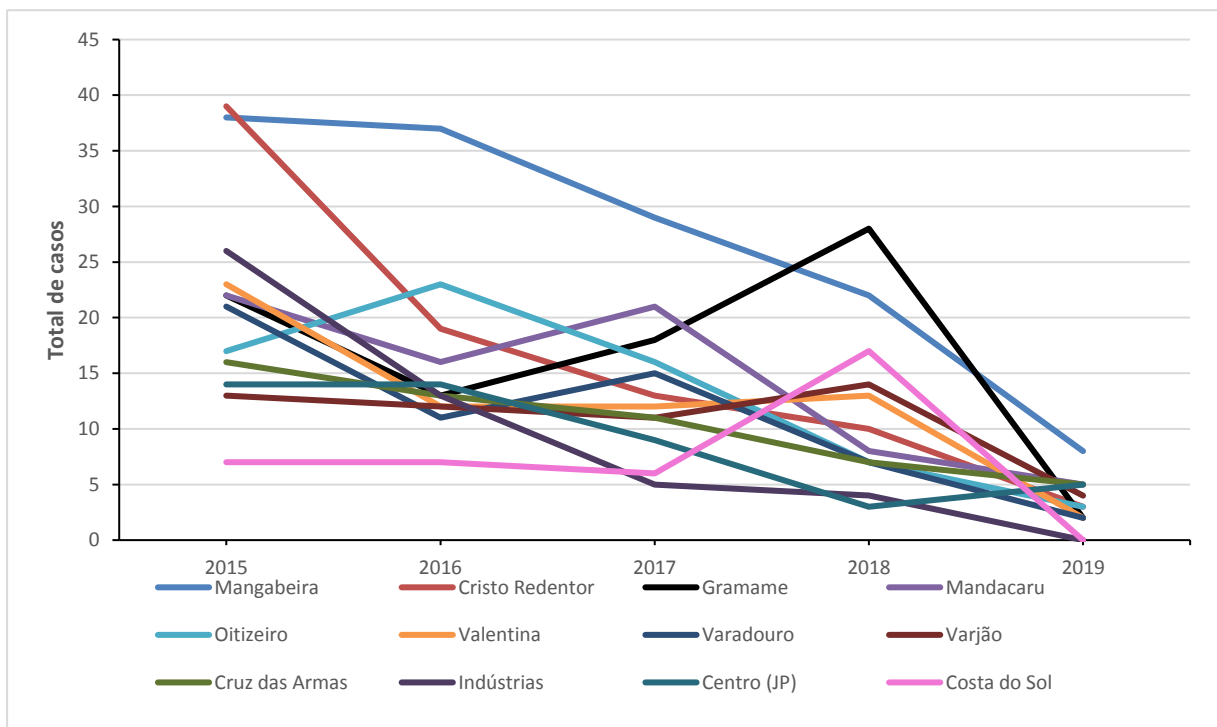
Figura 4. Números de vítimas de CVLI em João Pessoa-PB entre 2009 – 2018



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 5 apresenta os números de casos de CVLI, que ocorreram entre os 12 dos 65 bairros mais extensos e populosos de João Pessoa-PB, entre o ano corrente de 2015 e o primeiro semestre do ano de 2019. Dentre este período de tempo, ocorreram nos bairros da capital paraibana um total de 1.462 homicídios, Dentre os bairros avaliados, o Cristo Redentor, figura como o logradouro onde se deu a maior taxa de casos criminais 39 homicídios em 2015 decaindo para menos de dez caos criminais em 2019, e, o bairro onde se deu a menor taxa de casos foi o bairro Costa do Sol, que teve de cinco a casos de mortes violentas em 2015 aumentando-se consideravelmente para mais ou menos dezessete casos e chegando ao primeiro semestre do ano de 2019, sem nenhum registro de casos de mortes registradas.

Figura 5. Números de casos de CVLI nos Bairros de João Pessoa entre 2015–2018

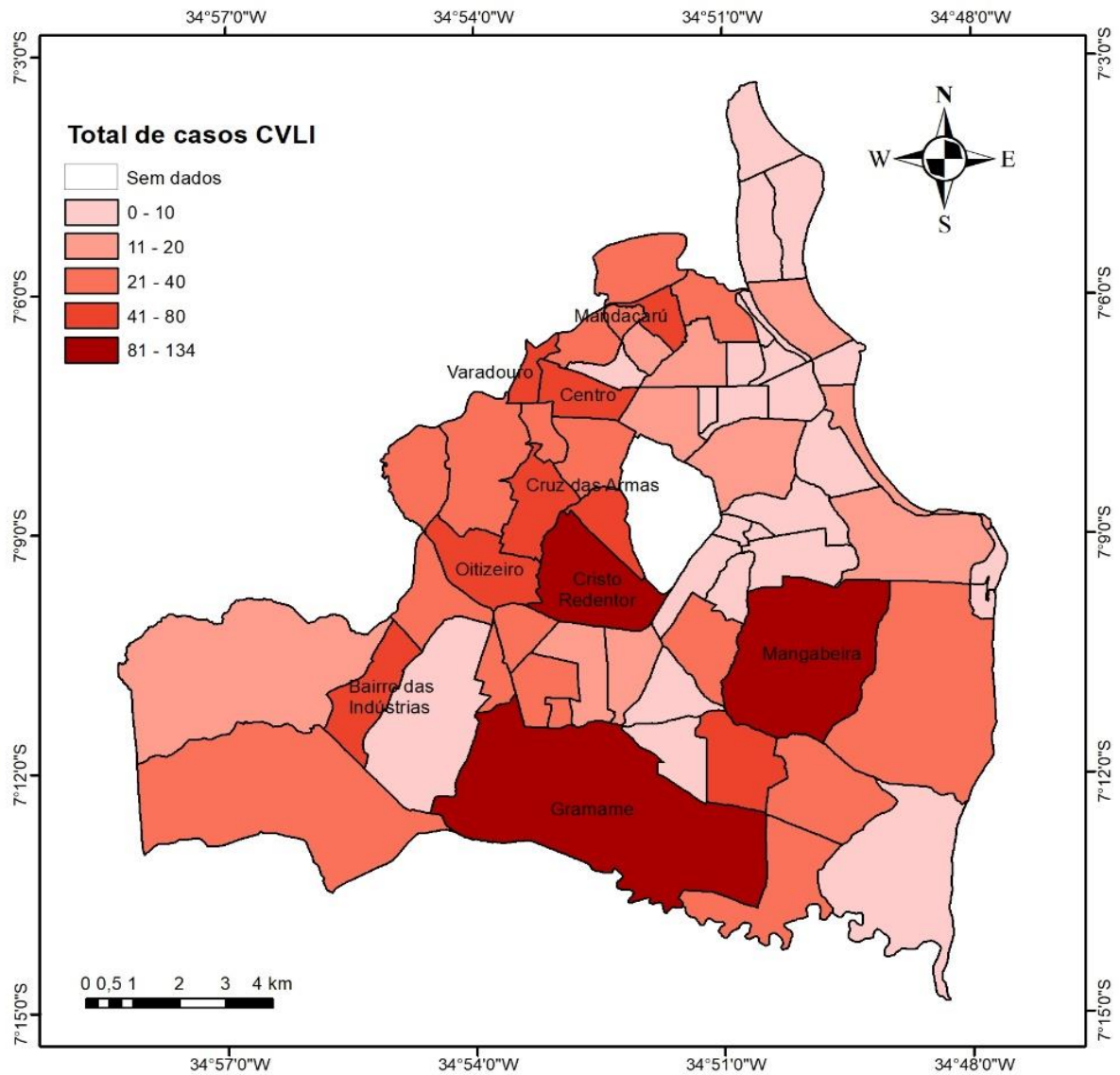


Fonte: Elaboração própria.

A Figura 6 mostra a distribuição espacial dos casos de CVLI entre 2015-2018 por bairros na cidade de João Pessoa. Onde no referido mapa estão localizados os bairros de Mangabeira, Cristo Redentor e Gramame. Percebe-se nessa figura que dentre os três bairros, Mangabeira constitui-se como o mais populoso devido sua extensão e densidade demográfica e por haver o predomínio do tráfico e consumo de drogas faz com que esta região seja vista como um dos bairros com elevados casos de mortes violentas. No que tange o bairro do Cristo

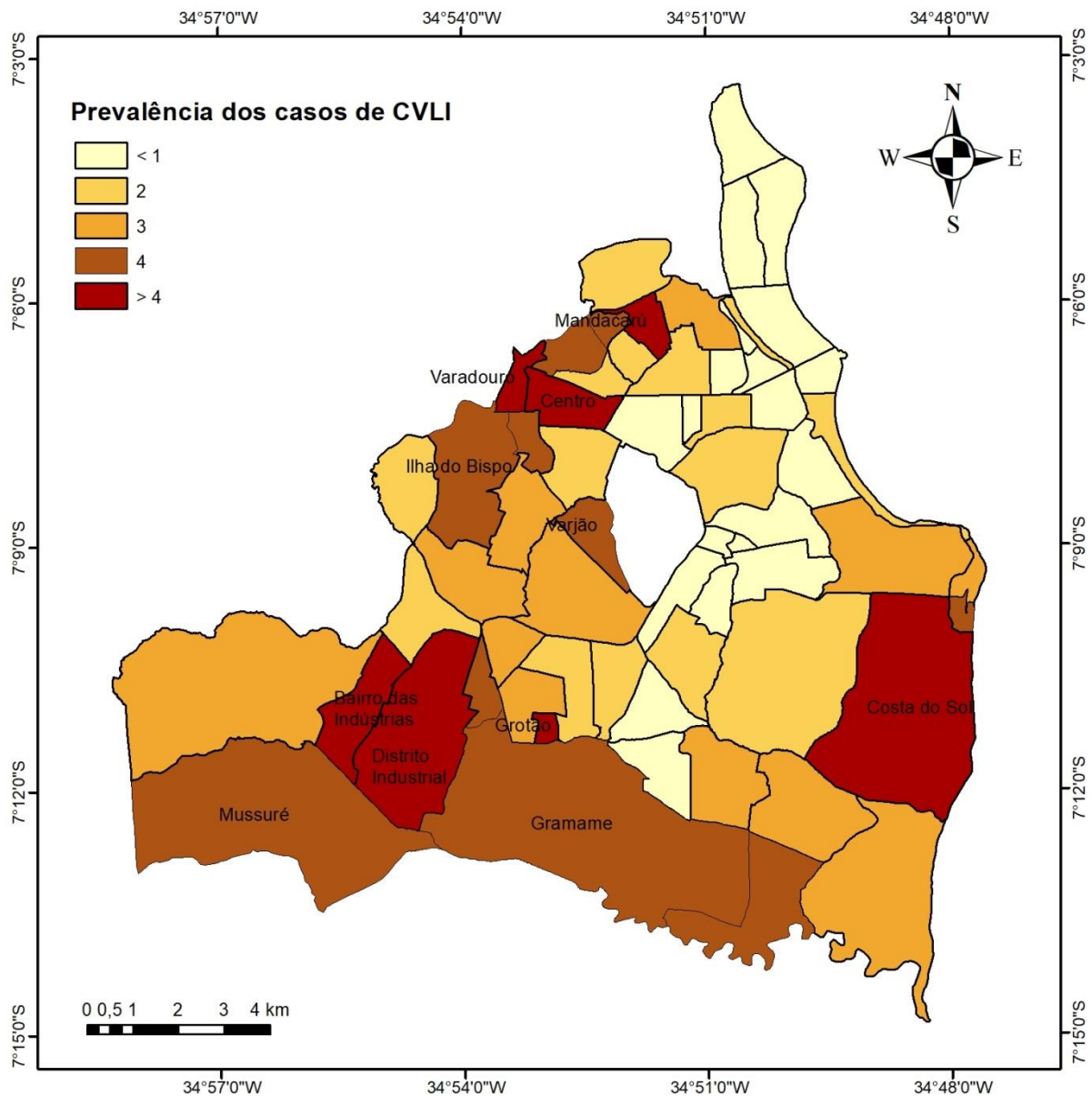
Redentor, reste também se caracteriza por possuir grande população, facções criminosas e várias comunidades carentes, que favorecem a ocorrência de casos de CVLI. Com relação ao bairro de Gramame, este por sua vez não possui grande população, mas se constitui num local onde muitos casos são registrados.

Figura 6. Distribuição espacial dos casos de CVLI, 2015–2018



Fonte: Elaboração própria.

Figura 7. Prevalência dos casos de CVLI em João Pessoa entre 2017 e 2019



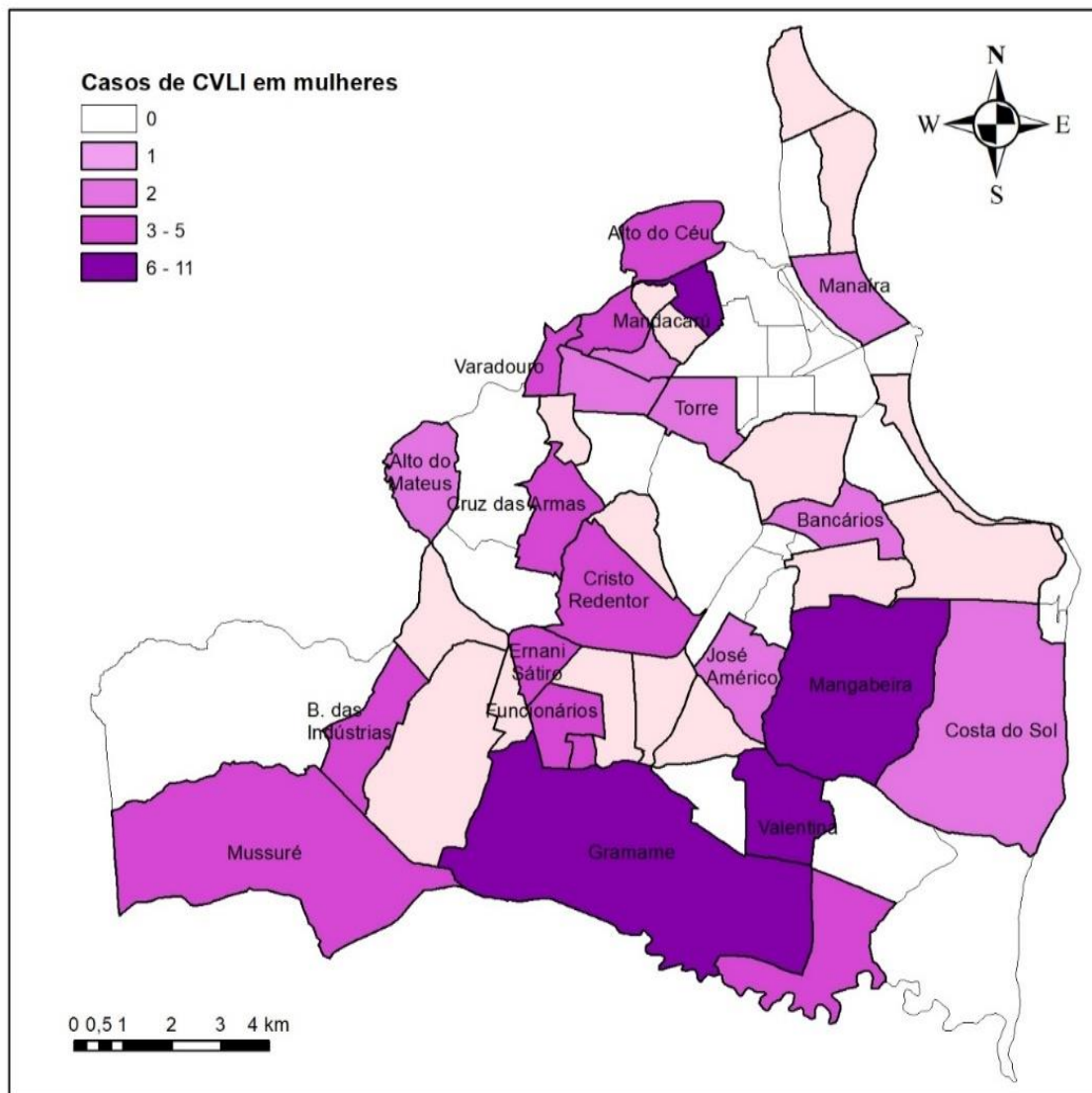
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 8 mostra a distribuição espacial dos casos CVLI acometidos em mulheres no período estudado. Os resultados apontam que grande parte dos casos ocorreu na zona sul da cidade, mais diretamente nos bairros mais populosos.

A Tabela 1 apresenta os resultados de prevalência com valores entre 1,6 e 15,05, além das tipologias de armas utilizadas nos crimes em João Pessoa entre 2015 e o primeiro semestre de 2019. Os resultados mostram que os bairros de Varadouro e Centro são aqueles que apresentam os maiores índices de ocorrência de casos de CVLI em João Pessoa, com

15,05 e 12,35 casos por 1000 habitantes, respectivamente. No que tange as tipologias das armas utilizadas, percebe-se que grande parte dos crimes ocorre com o uso de armas de fogo (1.247 casos, 85,5% do total de casos), seguido de armas brancas (131 casos, 9,0% do total de casos) e outras formas (80 casos, 5,5% do total de casos).

Figura 8. Distribuição espacial dos casos de CVLI contra mulheres nos bairros de João Pessoa-PB, 2015-2018



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 1. Prevalência e tipologia das armas utilizadas nos crimes em João Pessoa-PB, 2015-2018

Bairros	Prevalência	Arma de fogo	Arma branca	Outros	Total de casos
Varadouro	15,05	44	8	4	56
Centro	12,34	27	14	4	45
Mandacaru	5,72	64	5	3	72
Grotão	5,68	31	4	0	35
Bairro das Indústrias	5,51	46	2	0	48
Costa do sol	4,44	26	6	5	37
Distrito Industrial	4,24	5	3	0	8
Penha	3,89	3	0	1	3
Ilha do Bispo	3,63	26	1	2	29
Costa e Silva	3,53	24	3	1	29
Roger	3,47	26	5	5	36
Gramame	3,14	70	8	5	81
Varjão	3,18	49	2	3	54
Trincheiras	3,15	13	4	5	22
Padre Zé	2,02	20	0	1	21
Mangabeira	1,65	109	15	2	126

Fonte: Elaboração do autor.

A Tabela 2 mostra os bairros com os maiores números de casos de CVLI e o gênero das vítimas na área de estudo no período compreendido entre 2017 e 2018. Os bairros onde foram registradas as maiores quantidades de casos de CVLI foram em Mangabeira, Cristo Redentor, Gramame e Mandacaru, enquanto os bairros onde ocorreram as menores quantidades de casos de CVLI foram em Barra de Gramame, Ponta do Seixas, Pedro Gondim e Tambaú que apresentaram 1 caso de CVLI. Deve-se destacar que não aconteceu caso de CVLI nos bairros de Anatólia e João Agripino nesse período. Os resultados mostram ainda que em todos os bairros de João Pessoa há uma maior ocorrência de mortes do gênero masculino e nos bairros onde há uma maior quantidade de casos esse percentual é acima de 80%. No que tange os casos de CVLI em mulheres na cidade de João Pessoa nos últimos 2 anos, nota-se que os bairros Valentina, Mangabeira, Gramame e Mandacaru são aqueles onde registraram o maior número de casos de CVLI, com 7 a 11 casos de homicídios nesses bairros, sendo o bairro Valentina de Figueiredo aquele com maior percentual de casos em mulheres (21,6%) do casos totais de CVLI registrados.

Tabela 2. Bairros com a maior quantidade de casos de CVLI e gênero das vítimas em João Pessoa-PB, entre 2017 - 2018

Bairros	População	Total de casos	Homens		Mulheres	
			Total	%	Total	%
Mangabeira	75.988	126	119	94,4	7	5,6
Cristo Redentor	37.538	81	78	96,3	3	3,7
Gramame	24.829	61	53	86,8	8	13,2
Mandacaru	12.593	67	61	91,4	6	8,96
Oitizeiro	29.125	64	64	100,0	0	0,0
Valentina	22.452	60	49	81,7	11	18,3
Varadouro	3;720	54	51	94,4	3	5,6
Varjão	16.973	49	48	97,9	1	2,1
Cruz das Armas	25.549	48	44	91,5	4	8,5
Bairro das Indústrias	8.712	58	54	93,0	4	7,0
Centro	3.644	40	38	95,0	2	5,0
+Costa do Sol	8.341	37	34	91,8	3	8,2
Roger	10.381	35	32	91,4	3	8,6
Grotão	6.159	36	34	94,4	2	5,6
Funcionários	15.848	32	29	90,5	3	9,5
Alto do Céu	16.557	29	26	89,5	3	10,5
Alto do Mateus	16.281	27	25	92,5	2	7,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo dos casos de crimes violentos letais intencionais denominados (CVLI), que corresponde aos crimes de homicídios doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte, praticados contra a pessoa na região geográfica dos bairros que compõem a cidade de João Pessoa-PB, conclui-se que:

1. Com relação ao levantamento efetuado acerca das ocorrências de incidência criminal no Brasil, entre 2014-2018, onde 2014, figura com taxa de mortes violentas de 58,497 casos sendo 28,8 mortes para cada 100mil hab. 2018, com 57,341 casos com taxa de 27,5 para cada 100mil hab. No qual constata-se queda de mais ou menos 1,98% (1.156), casos nas taxas de mortes violentas intencionais.
2. Com relação a aferição das ocorrências delituosas inerentes ao quantitativo de crimes que ocorreram no Estado da Paraíba, no período de tempo de 10(dez) anos consecutivos 2019-2018, percebe-se que, 2009 que figura com um taxa criminal de 1.251 mortes e o ano de 2011 com 1.680, (Anuário da Segurança Pública na Paraíba/2009), houve uma elevação nas taxas criminais de 34,3%, no qual a partir de 2011que figura com 1,680 e

2018, com 1,210, casos de mortes violentas, declinaram anualmente em uma taxa estimada de mais ou menos 28%, tendo um declínio de 470 homicídios.

3. Ao analisar os casos de crimes violentos letais ocorridos entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, constatou-se que, dos 100% (1.463) casos criminais cometidos, a maior taxa de crimes violentos 48,26% (706) casos, ocorreram na Zona Sul da capital paraibana (área que compõem a maior quantidade de bairros, 30 bairros) e a área territorial que teve a menor taxa criminal foi a Zona Leste que figura com 6,63% (97), casos de mortes violentas.
4. Em detrimento da realização dos cálculos efetuados inerente ao quantitativo populacional e números de casos criminais ocorridos no país no período compreendido de 2014–2018, e verificado que a taxa de índices criminais estão entre 28,1 e 33,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, nível bem acima do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Evidencia-se no Brasil, há “um estado epidêmico criminal” bastante acentuado e preocupante das estatísticas de ocorrências de mortes violentas letais intencionais no país.
5. Com relação aos casos criminais analisados nos bairros de João Pessoa-PB, foco de estudo deste trabalho, constatou-se variações no quantitativo do número e percentual na totalidade dos casos de mortes violentas dentre a composição dos bairros, visto que, este diferencial no quantitativo é proveniente da extensão e densidade demográfica de cada bairro analisado contudo, com base no devido levantamento e pesquisa efetuadas no objeto de estudo evidenciou-se que, devido aos incentivos gerados pelas ações governamentais de políticas públicas de investimentos na área da educação, saúde e segurança culminaram com a diminuição gradativa e periódica nos casos de mortes violentas letais intencionais.
6. Em detrimento das implementações de políticas públicas, efetuadas pelos órgãos governamentais e demais seguimentos da sociedade objetivando o a diminuição e saturação dos crimes violentos letais intencionais nos bairros da capital paraibano observou-se que de 2015 a 2018, houve uma redução significativa no quantitativo de casos de mortes violentas nos bairros de João Pessoa-PB.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, abril/junho, p. 7-8, 2002.

ALES, R.; RIGONI, E. A geografia do crime: uma análise das ocorrências nas cidades de Irati e Teixeira Soares/PR. **OKARA: Geografia em debate**, v. 8, n. 2, p. 235-248, 2014.

BEATO, C. F. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 33-45, 1998.

CANO, I.; SANTOS, M. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2ª edição, 2007.

DANNA, Luiz Fernando Ferrari. **Proposta De Aplicação Do Geoprocessamento Na Segurança Pública: Mapeamento Geocriminal Em Arapongas – Paraná**. 2011. 61 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2011.

DIAS, F. N. **Violência e Criminalidade: Uma Análise das Condicionantes Sociais**, 2010.

DONEGAN, L.; DA SILVEIRA, J. A. R.; DA SILVA, G. J. A. Por baixo e através: localização, usos e descontinuidades em uma vizinhança central na cidade de João Pessoa refletindo efeitos do planejamento urbano corrente. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, Curitiba, 2019

FARINA, F. C. Abordagem sobre as técnicas de geoprocessamento aplicadas ao planejamento e gestão urbana. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 4, p. 1-13, 2006.

FÉLIX, S. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Marília, 2002. OK

FRADE, L. **O que o congresso nacional Brasileiro pensa sobre criminalidade**. Tese de Doutorado, UnB, Brasília, Brasil, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=16>. Acesso em: 14 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2018. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2018/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 14 jul. 2019.

PEIXOTO, B. T.; DE LIMA, R. S.; DURANTE, M. O. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n. 1, p. 13-21, 2004.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educ.Soc., Campinas, VOL.28, n.100 – Especial, p.763, out.2007*

SILVEIRA, J. A. R.; LAPA, T. A.; RIBEIRO, E. L. Percursos e processo de evolução urbana: uma análise dos deslocamentos e da segregação na cidade. **Arquitextos**, v. 8, 090.04, 2007.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, Estud. Av. Vol.17 no.47 São Paulo Jan./Apr.2003

SOUZA, E. **Explorando novos desafios na polícia: o papel do analista, o policiamento orientado para o problema e a metodologia**. Ed. Iara, Rio de Janeiro, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência em 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Instituto Sangari. 1ª Ed. São Paulo. 2011.